



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000376369

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2098839-55.2025.8.26.0000, da Comarca de Bragança Paulista, em que é agravante AGNALDO ALVES DA SILVA, é agravada KARINA BARCA SANINO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores LIDIA CONCEIÇÃO (Presidente sem voto), PEDRO BACCARAT E WALTER EXNER.

São Paulo, 16 de abril de 2025.

ARANTES THEODORO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AGRAVO DE INSTRUMENTO 2098839-55.2025.8.26.0000
AGRAVANTE Agnaldo Alves da Silva
AGRAVADAS Karina Barca Sanino e outra
COMARCA Bragança Paulista - 4ª Vara Cível

VOTO Nº 52.245

EMENTA — Gratuidade processual. Litigante que não se opôs à determinação para juntar documentos de modo a revelar sua situação econômica, mas tampouco a atendeu integralmente. Quadro que não permite à Corte censurar a recusa à gratuidade. Recurso improvido.

Cuida-se de agravo de instrumento tirado de decisão que, em autos de ação indenizatória fundada em falha na prestação de serviços advocatícios, indeferiu pedido de gratuidade processual formulado pelo autor.

O agravante insiste no cabimento do benefício.

Assim, ele diz que após ser prejudicado pelo trabalho das advogadas, que falharam em interpor o recurso de apelação no prazo legal, se encontra em uma situação financeira difícil, impossibilitado de arcar com as custas processuais devido ao alto valor da causa, superior a um milhão de reais.

Ao lado disso, o recorrente aponta que não possui meios de arcar com as despesas processuais sem comprometer sua

subsistência e que o indeferimento do benefício configura um obstáculo ao seu direito constitucional de acesso ao judiciário, previsto no artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal.

Ainda, ele argumenta que, com base na documentação apresentada e na presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência, a decisão não deve prevalecer, já que não se exige que o requerente esteja em situação de extrema miséria, mas apenas que ele não possua condições de arcar com as custas sem sacrificar sua dignidade.

Ao agravo foi negado efeito ativo.

É o relatório.

O agravo é manifestamente improcedente e, por isso, pode ser desde logo julgado, isto é, sem necessidade de se abrir prazo para a resposta.

Consigne-se, ainda, que ante o fato de não caber sustentação oral no presente recurso a bem da brevidade o julgamento se dá por meio virtual.

Pois bem.

Segundo o artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República, para a obtenção da gratuidade processual o interessado deve provar a impossibilidade de suportar as despesas do processo sem prejuízo da própria subsistência, mas a identificação do meio de prova a ser para esse fim adotado é matéria reservada à norma infraconstitucional.

Ao dispor sobre o tema o Código de Processo Civil anuncia ser suficiente à concessão da benesse, no caso de pessoa natural, a declaração da parte no sentido de não deter suficientes recursos financeiros (artigo 99, § 3º).

Todavia, a presunção de veracidade que se forma em torno da aludida declaração é meramente relativa, tanto que o dispositivo autoriza o Magistrado até mesmo de ofício aferir o efetivo cabimento da gratuidade.

Daí não se pode censurar o Juiz por ter aqui procedido àquela sorte de exame.

E caso era mesmo de se negar o benefício.

Não, evidentemente, por ter o litigante constituído advogado particular, eis que só isso não era indicativo de posses, tanto que a lei processual contém expressa advertência nesse sentido (art. 99 § 4º).

Aqui importava, contudo, o fato de que o agravante foi intimado a apresentar determinados documentos para comprovar a necessidade do benefício, não se opôs a tal determinação, mas tampouco a atendeu plenamente.

Realmente, em decisão de fls. 45/46 da origem assim se determinou:

“No prazo de 15 dias, emende-se a inicial para o fim de: (...) 2) informar a sua renda mensal familiar (somada a do(a) cônjuge), com o objetivo de apreciar a justiça gratuita, apresentando: a) cópia dos três últimos rendimentos de sua aposentadoria ou demonstrativos de pagamento de pensão/holerites ou equivalente do(a) requerente e do(a) cônjuge; b) as faturas de cartão de crédito dos últimos três meses do(a) requerente e do(a) cônjuge; c) extratos bancários dos últimos três meses do(a) requerente e do(a) cônjuge; d) última declaração completa de imposto de renda do(a) requerente e do(a) cônjuge, ou comprovante, obtido no site da Receita Federal, de inexistência de declaração na base de dados da RFB, a partir da Consulta de Restituição de IRPF.

Caso a parte requerente não apresente a documentação comprobatória, será considerada a desistência tácita do pedido de gratuidade, hipótese em que a parte requerente deverá recolher



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

as custas processuais de distribuição, guia DARE, e despesa postal em guia FEDTJ, cód. 120-1, R\$ 32,75 para cada parte requerida.”

O autor, contudo, se limitou a juntar extrato bancário ilegível (fls. 51 dos autos de origem).

Ora, o fato objetivo é que ante a falta de atendimento integral à determinação judicial a gratuidade não podia mesmo ser deferida, eis que a renitente recusa do autor em revelar sua situação por meio dos documentos indicados - ou justificar a falta de apresentação deles - conspirava contra a presunção de veracidade da declaração de pobreza.

Tal quadro autoriza a Corte, pois, confirmar a conclusão do Magistrado no sentido de se mostrar descabida a gratuidade processual.

Em suma, nega-se provimento ao recurso.

(assinado digitalmente)

ARANTES THEODORO

Relator